


A HISTORIOGRAFIA DO IMPÉRIO SOB UM OLHAR MARXISTA: SOBRE CLASSES SOCIAIS E REVOLUÇÃO EM O *TEMPO SAQUAREMA***THE HISTORIOGRAPHY OF THE EMPIRE FROM A MARXIST PERSPECTIVE: ON SOCIAL CLASSES AND REVOLUTION IN O *TEMPO SAQUAREMA*** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.018-018>**Vânia do Carmo Rocha**

Professora Docente 1 da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde realiza atualmente o Pós-doutoramento.

E-mail: vaniadocarmorocha@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3605-9055>

RESUMO

Este texto tem por objetivo refletir sobre as influências marxistas na obra de Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema*. Com enfoque para as contribuições de Caio Prado Jr, Florestan Fernandes, Edward Palmer Thompson e Antonio Gramsci. A intenção é analisar como o pensamento de tais intelectuais contribuíram para a definição do que são os Saquaremas e do que se trata o “tempo saquarema”. Os dois primeiros foram fundamentais para a compreensão da realidade histórica e econômica do Brasil do século XIX para Mattos, os dois últimos forneceram os conceitos que são fundamentais para a definição dos Saquaremas. Desta forma, perceberemos como o uso dos conceitos de classe social e partido político, cunhados originalmente para realidades pós-industrializadas, parecem ser usados por Mattos como estratégia não só de compreensão da política no Brasil Imperial, mas também como uma tentativa de aceleração, de ver o que não se conseguia ver numa realidade não industrializada. Trata-se de um trabalho de história da historiografia, isto é, de análise de um texto que é uma narrativa histórica, da história olhando para si. A metodologia empregada é a de análise teórico-interpretativa, concebendo os fundamentos conceituais que dão sustentação para a obra de Mattos.

Palavras-chave: Marxismos; Historiografia; Classe social; Revolução; Partido político.

ABSTRACT

This text aims to reflect on the Marxist influences in the work of Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema* (The Saquarema Era). It focuses on the contributions of Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Edward Palmer Thompson, and Antonio Gramsci. The intention is to analyze how the thought of these intellectuals contributed to the definition of what the Saquaremas are and what the "Saquarema era" is about. The first two were fundamental to Mattos's understanding of the historical and economic reality of 19th-century Brazil; the latter two provided the concepts that are fundamental to the definition of the Saquaremas. In this way, we will perceive how the use of the concepts of social class and political party, originally coined for post-industrialized realities, seems to be used by Mattos not only as a strategy for understanding politics in Imperial Brazil, but also as an attempt at acceleration, to see what could not be seen in a non-industrialized reality. This is a work of the history of historiography, that is, an analysis of a text that is a historical narrative, of history looking at itself. The methodology employed is that of theoretical-interpretative analysis, conceiving the conceptual foundations that support Mattos's work.

Keywords: Marxism; Historiography; Social class; Revolution; Political party.



1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo vamos nos ater à análise de *O Tempo Saquarema* com ênfase nas influências de quatro intelectuais notadamente marxistas para a narrativa. Nesta obra, fruto de seu doutoramento, os dois objetivos de Ilmar Rohloff Mattos são: 1) compreender os procedimentos de edificação do Estado Imperial e de conformação da classe senhorial; 2) estabelecer a relação entre esses dois movimentos, relação esta que só possível por meio da ação consciente e deliberada de uma força social que forja a si mesma como classe dirigente, trata-se dos Saquaremas (Mattos, 2011, p. 14). O livro é dividido em três partes, e na primeira Mattos fala da formação da classe senhorial e da classe dirigente, processo relacionado à moeda colonial em restauração. Na segunda parte o autor trata da ação dos Saquaremas na direção do Estado imperial. Na terceira parte Mattos considera o quanto as limitações impostas à direção saquarema tornavam seu esforço sempre inconcluso.

Se valendo de vasta documentação, como Anais do Parlamento, Relatórios, Legislação e Jornais, Ilmar de Mattos desenvolveu uma obra com profundidade teórica onde – para além da elucidação de dados e fatos, para além de uma narrativa bem articulada – conceitos não são somente ferramentas explicativas, são parte da argumentação de um dos livros que mais impactou as pesquisas sobre o século XIX no Brasil dos 1990 e 2000, os conceitos são manuseados de tal forma que aparentam mesmo condicionar a leitura das fontes. Os conceitos operados por Mattos, como o de *classe social*, de Edward Palmer Thompson, e o de *partido político*, de Antonio Gramsci, são parte fundamental da argumentação desenvolvida por Mattos para elucidar as ações políticas dos Saquaremas. Pois, desde *O Tempo Saquarema* termos como *classe senhorial*, *classe dirigente*, *Coroa*, *Saquaremas* carregam sem si um complexo de informações, emergem como conceitos que ajudam a orientar a compreensão do Brasil do Dezenove. No entanto a base contextual em que tais conceitos são aplicados se fundamenta na forte influência do pensamento de Caio Prado Jr e Florestan Fernandes, tais intelectuais escreveram sobre a realidade brasileira, sua conjuntura histórica a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético. Assim, podemos mensurar a importância de quatro nomes que sobressaem para o que nos importa aqui, podemos ainda organizá-los em dois pares, o primeiro que articula o contexto brasileiro em que se inserem os Saquaremas, e o segundo par que articula conceitos fundamentais para a existência e ação dos Saquaremas na construção de Mattos.

A definição do termo Saquaremas aparece no texto de Mattos em um sentido mais restrito e o termo dirigentes saquaremas em um prisma mais amplo. No panorama mais restrito, concebido como os conservadores fluminenses, notamos que seu alcance temporal, enquanto protagonistas do cenário político imperial, ou, o sentido mais restrito para o *tempo saquarema*, se dá entre os anos 1834 e 1860, entre o Regresso e o Renascer Liberal. No prisma mais amplo, o termo envolveria a totalidade de pessoas implicadas na centralização do Estado imperial desde os princípios de ordem e Civilização, logo, sua existência e sua direção poderiam ter uma extensão que abrange a totalidade do período monárquico, e



talvez para além. Vejamos com Mattos trata o termo. A expressão “Saqueareas” refere-se a uma conjuntura de disputas na Vila de Saquarema, onde os protegidos pelos conservadores foram chamados de Saquaremas, mesmo num sentido pejorativo. Nessa seara, às vésperas do movimento praieiro, os conservadores adquiriram uma coesão em torno de um projeto político, e a adesão ao termo Saquarema como forma de cumprir o papel de particularizar uma política direcionada pelos políticos fluminenses (Mattos, 2011, p. 118-119). Saquaremas são os conservadores fluminenses dirigidos pela “trindade saquarema” – Rodrigues Torres, o futuro Visconde de Itaboraí; Paulino José Soares de Sousa, o futuro Visconde de Uruguai; e Eusébio de Queirós. Eles constituíram o núcleo do grupo que, desde os fins do Período regencial até a década de sessenta do século XIX, imprime “o tom e definir o conteúdo do Estado imperial” (Mattos, 2011, p. 120). Nesse intercurso, ficou estabelecida uma hierarquia que assinala bem a força desse núcleo, com proeminência estavam os Saquaremas, seguidos pelos conservadores de todo Império, e depois os Luzias (Mattos, 2011, p. 121), isto é, os liberais.

Os dirigentes saquaremas são aqueles que estendem sua direção em sentido espacial, e prolongam essa direção em prisma temporal. Num viés amplo, a direção saquarema vai além da década de 70 do século XIX, num sentido que se apegua à importância da autoridade do Estado como promotor de uma Ordem e de uma Civilização. Ao falar de dirigentes saquaremas, Mattos assinala a vitória de um projeto político, não a longevidade de um determinado grupo político. Apesar do destaque ao projeto político, isto é, a direção saquarema, o foco da análise de Mattos é sua realização no forjar da classe senhorial e na constituição do Estado imperial. Os Saquaremas aqui são tomados, portanto, na maneira mais restrita do termo. Não são a elite política analisada por Carvalho (Carvalho, 2003, p. 49). Mesmo que os nomes se confundam – como a já citada “trindade saquarema”. A elite política de Carvalho é concebida a partir de sua formação e de seu treinamento na esfera pública, e foi isso que lhe garantiu homogeneidade, sendo confundida com a alta burocracia. Ela não se porta como emissária direta dos proprietários de terras e escravos – a premissa da definição de elite política por Carvalho é da limitação para articulação da classe proprietária e da grande lavoura de exportação, a fragilidade da coesão das classes sociais permitiu o fortalecimento da burocracia como força política, e ela se fez elite política – por sua considerável autonomia em relação a grande lavoura de exportação escravista se portou como força abolicionista, sendo responsável pelo fim da escravidão (Carvalho, 2033, p. 323).

Os Saquaremas são concebidos por Mattos partindo de um princípio distinto, surgiram como força política com base na junção entre os antigos colonizadores e os colonos, no período da vinda da Corte, firmaram-se na cidade do Rio de Janeiro e na província fluminense, fortaleceram-se politicamente na mesma medida em que o café se alastrava pelo Vale do Paraíba. Como parte da classe senhorial, os Saquaremas colocaram-se como defensores de suas demandas, levando a classe senhorial a se perceber como tal a partir de suas experiências, interesses e lutas. Sua coesão é dada pela atuação da Coroa,



exercendo a função de partido. A marca maior de distinção entre a elite política de Carvalho e os Saquaremas de Mattos está no fato de a elite política não estar condicionada aos interesses da classe proprietária, enquanto os Saquaremas são seus representantes diretos, ou ao menos de uma parte deles. Dois conceitos são fundamentais, portanto, para entender esse processo trabalhado por Mattos, de formação da classe senhorial e de sua formação como classe dirigente, e sobretudo de construção teórica dos Saquaremas. Falamos, aqui, dos conceitos de *classe social* do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924-1993) e de *partido* do filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Mas antes de adentrar nesse marxismo menos estruturalista, é preciso compreender o contexto construído por Mattos em que os Saquaremas surgem, tal contexto se assenta em *O Tempo Saquarema* na leitura que Mattos faz da colonização brasileira em seu sentido, e da importância do ideário liberal a partir da Independência e ao longo do império – para construir tal contexto Mattos se baseia em Caio Prado Jr (1907-1990) e em Florestan Fernandes (1920-1995), respectivamente. Primeiro trataremos de Prado Jr e Fernandes em suas ressonâncias na obra de Mattos, depois analisaremos os conceitos de classe social e de partido para a concepção dos Saquaremas.

2 DO SENTIDO DA COLONIZAÇÃO AO SENTIDO DO IMPÉRIO COM A REVOLUÇÃO EM CURSO

Ao iniciar as discussões n*O Tempo Saquarema*, tratando da “moeda colonial”, Mattos demonstra bem o quanto o colonialismo condicionou o século XIX brasileiro, no âmbito econômico, no social e no político. Por “moeda colonial”, Mattos entende ser o liame entre colônia e metrópole, um elo assimétrico, que até o início do século XIX foi marcado pela dominação portuguesa sobre o Brasil. Uma dominação marcada pelo monopólio da metrópole sobre a colônia. No caso da moeda, o lado da “cara” correspondia à Metrópole, o Reino ou Estado moderno; e o lado da “coroa” equivalia ao da Colônia, à Região – a última não poderia ser concebida sem a primeira, mas possuía existência própria (Mattos, 2011, p. 32). Inspirado por Caio Prado Jr. e “o sentido da colonização”, Mattos usa a alusão à moeda para explicar a dependência que se desenvolveu no Pacto Colonial. O que é perceptível na narrativa de Mattos é que o sentido da colonização prosseguiu sendo o sentido da formação e estabelecimento do Estado Imperial: uma estrutura política e social reordenada para atender aos interesses do capital. Cunhagem da moeda colonial e sua recunhagem em processo após a Emancipação em 1822, acentua o aspecto de continuidade das estruturas coloniais de dependência econômica e de monopólios das classes dominantes.

Na argumentação de Mattos, o momento de cunhagem da moeda colonial é quando se firmou a colonização portuguesa sobre as terras americanas, a vinda da Corte portuguesa e medidas decorrentes desse fato dissolveram essa moeda. Dissolução concretizada com a Independência. Entretanto, se a existência da moeda colonial deu origem a um grupo de privilegiados detentores de monopólios, esse



mesmo grupo carecia dessa moeda para assegurar seus monopólios. Nesse átimo, efetuou-se a ação saquarema: o processo que forjou a classe senhorial (um forjar que permitiu ao citado grupo privilegiado reconhecer-se como classe) e que realizou a construção do Estado imperial foi aquele em que a moeda colonial passou pela sua primeira recunhagem. Recunhar a moeda colonial tornava-se fundamental para que fossem garantidos os monopólios que fundavam a classe senhorial – os monopólios sobre a terra e sobre os homens. O monopólio resultou de forças sociais e políticas. De acordo com o “sentido da colonização”, foi da expansão marítima portuguesa que se originou a colonização brasileira. Expansão dirigida por uma burguesia mercantil que surgiu de um processo precoce de unificação nacional, e que se lançou em busca de uma rota marítima para o comércio com o Oriente. Nas terras descobertas por Cabral, em 1500, não foram encontradas, na região litorânea, riquezas de imediato. Três décadas depois, o empreendimento pela colonização e exploração do território americano pelos portugueses se deu pela implantação das Capitanias Hereditárias, através das quais se entregava à iniciativa privada a solução da colonização, livrando a Coroa dos encargos da ocupação (Prado Jr., 2011, p. 7). Com a insuficiência das Capitanias Hereditárias, implantou-se, em 1554, o Governo Geral. A partir daí começou o que Caio Prado Jr. chama de grande exploração. Nesse regime, mais importante que a posse da terra, era a disposição de capitais para explorá-la em grande escala, visando produzir mercadorias em grandes volumes para abastecer o mercado europeu. Para atingir os objetivos propostos, eram necessários volumosos capitais que viabilizassem a exploração da propriedade fundiária. Logo, o acesso à terra ocorreu pelo montante de capital, gerando um perfil absolutamente distinto da colonização brasileira do modo de produção feudal (Prado Jr., 2011, p. 10).

Para Caio Prado Jr., a falta de mão de obra portuguesa para pôr a efeito a empreitada da colonização, e considerando a inabilidade indígena para o labor nas lavouras, a opção pela mão de obra escrava negra possibilitou a grande exploração ao reduzir os custos da produção e permitir o controle de diversos mercados de gêneros agrícolas. A escolha pela mão de obra escrava suscitou reflexos relevantes à estrutura social do Brasil, limitando seu desenvolvimento, pois erigiu-se uma estrutura social correlata a uma economia pouco diversificada e voltada aos interesses do mercado europeu. Dessa estrutura social, duas classes se destacaram na disputa política da colônia, os grandes proprietários de terras e a burguesia mercantil portuguesa (Prado Jr., 2011, p. 11). O sentido da colonização foi comercial e inseriu-se no processo de expansão marítima europeia, daí originou-se a formação social brasileira. As Colônias existiam em proveito da Metrópole e, como desdobramento direto da expansão marítima comercial, a colonização sustentava-se na intervenção direta na esfera de uma produção voltada para os interesses mercantis. O fator de distinção maior da atividade comercial, nesse contexto de colonização, foi seu traço monopolista (Mattos, 2011, p. 31). Mattos interpreta ser o monopólio o elemento que estrutura a colonização, unindo as duas faces da moeda colonial e lhe conferindo valor; se, por um prisma, a face metropolitana possuía o



monopólio das mercadorias e dos roteiros, isso se desdobrava no monopólio da produção de uma mercadoria por determinada Região e, por conseguinte, no monopólio do financiamento e no monopólio sobre os homens.

O viés da colonização que determinou o lugar e o papel dos habitantes da América Portuguesa definiu colonizadores, colonos e colonizados. Colonos e colonizadores complementavam-se em seus respectivos monopólios (Mattos e Albuquerque, 2014, p. 7). A chegada da Família Real Portuguesa e da sua Corte levou ao fim do monopólio ou exclusivo comercial, assim, a moeda colonial que, até então, condicionara a sociedade brasileira, dissolveu-se. Com os tratados de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação, os ingleses tornaram-se os novos colonizadores, e os antigos colonizadores (portugueses) tiveram que se adaptar, aproximando-se dos antigos colonos. Trata-se de uma reaproximação que não significava a restauração do pacto colonial. Comerciantes e burocratas transformaram-se em proprietários de terras e escravos, sesmarias foram concedidas. A política joanina privilegiava os antigos colonizadores, que se converteram em proprietários de terras e de escravos e, de sua associação com os antigos colonos, formaram poderoso bloco de interesses enraizado no Rio de Janeiro. Foi esse bloco que articulou a ideia de Império americano. Os interesses do colonizador levaram à colonização, criando a propriedade colonial na face colonial da moeda e, por extensão, os proprietários coloniais surgiram. No entanto, através do controle do comércio e do financiamento, ou mesmo pelo peso do fiscalismo, os interesses do colonizador acabavam por limitar a expansão da propriedade colonial. Por isso, Mattos discorda dos estudos que apontavam serem os colonos os responsáveis pelo rompimento do pacto colonial, pois “no fundo e no essencial, quem rompe com o pacto colonial são os agentes metropolitanos, seus fundadores, pela própria dinâmica do sistema colonial de base mercantilista”, isso ocorria quando tendiam a invadir a face colonial da moeda “confiscando mesmo as propriedades dos colonos endividados” (Mattos, 2011, p. 44). Para continuarem sendo proprietários em situação colonial, não restava uma alternativa senão romper com a dominação metropolitana.

Portanto, na análise de Mattos, os monopólios oriundos da existência da moeda colonial foram responsáveis por duas vias: a) a de subordinação da Região ao Reino; b) a de rompimento entre ambas as faces da moeda. A existência dos monopólios selou a relação entre as duas faces, e acabou submetendo a Colônia (coroa – Região) à Metrópole (cara – Reino). Esses monopólios explicitavam o privilegiamento de colonizadores e colonos sobre os colonizados, quando a face metropolitana invadiu a face colonial da moeda, não respeitando o monopólio à propriedade, ocorrendo o rompimento com Portugal e a moeda colonial dissolveu-se – tal invasão deu-se por meio de uma política fiscal e de expropriação. Essa foi a razão para o processo de emancipação política que marcou o início dos Oitocentos, para Mattos.

E foram as ideias liberais o suporte argumentativo para a Emancipação política, segundo Mattos, ao se esquivar do debate acerca da impropriedade das ideias liberais no Brasil ele deixa claro não querer entrar



no debate, mas concorda com Florestan Fernandes que o liberalismo foi fundamental para a independência do país do mesmo modo que prosseguiu sendo ao longo do século XIX, pois deu início à Revolução Burguesa (Mattos, 2011, p. 127). De acordo com Florestan Fernandes, o estatuto colonial começou a se extinguir após a Independência e a com a criação do Estado nacional. Nos termos de Fernandes, a sociedade nacional, apesar da Independência, manteve-se presa às amarras do mundo colonial por conta da escravidão e da dominação patrimonialista (Fernandes, 1976, p. 29). As elites que se empenharam pela Independência atuaram como elemento revolucionário, pois, em um curto prazo, direcionou os planos ideológicos e utópicos que organizaram o Estado nacional. É nessa esteira que Florestan Fernandes analisa como foi a absorção do liberalismo pelas elites nativas. O liberalismo deu forma e conteúdo às manifestações pela emancipação face ao estatuto e as maneiras de apropriação colonial. Os princípios liberais foram usados como modo de legitimar a autonomia política, assegurando o poder à elite que o absorveu. Por outro lado, esses princípios serviram para a manutenção das relações de dependência com as grandes potências econômicas da época (Fernandes, 1976, p. 34), de modo que o liberalismo exerceu o papel na construção do Estado nacional, possuía o nítido caráter instrumental, sendo palco para a conformação do Estado e para impulsionar conflitos.

Portanto, a absorção do liberalismo “responde a requisitos econômicos, sociais e políticos que condicionaram a associação livre, mas heteronômica do Brasil” diante das nações que exerciam o controle sobre o mercado externo junto às estruturas de poder internacionais. Não cumpriu o papel de dinamizador cultural de uma sociedade autônoma, mas heteronômica, dependente (Fernandes, 1976, p. 36). Ele não afetou drasticamente a vida política e social, no entanto, foi crucial para a criação de um Estado nacional, o liberalismo foi essencial à superposição e separação dos planos de organização do poder. Estruturou o Estado na mesma medida em que serviu de base para legitimar a dominação das camadas senhoriais (Fernandes, 1976, p. 37). De todo modo, o liberalismo cumpriu o seu papel duplo de transcender e negar a ordem existente, abriu espaço à superação do mandonismo, do patrimonialismo e da escravidão (Fernandes, 1976, p. 39). Foi através do ideário liberal que foi possível a criação de um sistema representativo, sob uma constituição, e estabeleceu critérios para a instituição de uma sociedade civil (Fernandes, 1976, p. 40). Embora com limitações e deformações, mesmo sendo realidade restrita para uma minoria dos estamentos senhoriais, o liberalismo, reafirma Florestan Fernandes, “foi a força cultural vida da revolução brasileira”, uma vez que “o liberalismo desencadeou uma vaga de idealismo político que repercutiu de modo construtivo na organização, no funcionamento e no aperfeiçoamento da Monarquia constitucional” (Fernandes, 1976, p. 38). Dito de outra forma, o liberalismo foi o ideário político que inspirou as transformações políticas desde a Emancipação, à construção do Estado, e até a Abolição, também o mecanismo de manutenção de uma estrutura econômica dependente e, por essa razão, heterônoma. Aqui, como na Europa, o liberalismo atendia às necessidades de um mundo novo.



3 SE HÁ LUTA DE CLASSES, HÁ CLASSE SOCIAL E PARTIDO POLÍTICO

O conceito de “classe senhorial” é entendido por Mattos como categoria histórica, pois, ao abordá-la, considera, em especial, uma trajetória que lhe permitiu identificar-se como tal. Esse intercurso em que a classe senhorial se reconhece traz em si uma trajetória composta de suas experiências e interesses comuns, bem como da contraposição a grupos divergentes (Mattos, 2011, p. 16). A classe senhorial que surgiu na primeira metade do século XIX estava impregnado de elementos de continuidade e de ruptura, já que se formara através da associação dos antigos proprietários coloniais com parte da Corte joanina. Isso tudo serviu para acentuar o caráter colonial e escravista da sociedade, conferindo os dois atributos fundamentais da classe senhorial: a liberdade e a propriedade – atributos os quais deveriam ser defendidos, salvaguardados, mesmo com o uso da força. O interesse que move e dá coesão à classe senhorial é, antes de tudo, a manutenção dos seus monopólios, o monopólio da terra e o monopólio da mão de obra, esses monopólios a distinguem do restante da sociedade, marcam a manutenção do caráter colonial desta sociedade. Como portadora da liberdade, a classe senhorial distinguia-se da massa de escravos, como portadora da propriedade, propriedade da terra e propriedade de escravos, ela diferia-se daqueles que eram somente proprietários de si. Sendo portadora de liberdade e de propriedade, a essa classe senhorial competiria governar (Mattos, 2011, p. 130).

Se, num primeiro momento, combateram as Cortes de Lisboa, depois se empenharam defronte aos interesses ingleses contrários ao tráfico. Combateram interesses escravistas de outras regiões, produtores interioranos de Minas Gerais, colonos de outras regiões, escravos insurretos, a malta urbana. E, dessa forma, “a vivência de experiências comuns, experiências essas que lhes possibilitaram sentir e identificar seus interesses como algo que lhes era comum, e dessa forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses eram diferentes e mesmo antagônicos aos seus” (Mattos, 2011, p. 68). A manutenção da escravidão estava no cerne dos interesses que permitiram à classe senhorial se perceber como tal. Assegurar seus monopólios – sobre a terra e a mão de obra, os monopólios que fundavam a classe senhorial, movimentou suas experiências e suas lutas. Face ao fim do tráfico, mediante as pressões inglesas, o interesse dos Saquaremas pelo controle do tráfico interno de escravos deixou em evidência a sua prioridade às demandas do Sul cafeeiro. A lei de 1871, ao libertar o ventre, pretendia prolongar a escravidão, e por isso não pode, no entendimento de Mattos, ser concebida como uma lei antiescravista, contudo, provocou a ira da classe senhorial. O Saquaremas, ao se colocarem como os únicos que poderiam assegurar os monopólios que fundavam a classe, vincularam a Monarquia à escravidão, associaram uma dada ordem política à manutenção de uma ordem social, e todo movimento de enfraquecimento da escravidão implicava, também, no enfraquecimento da Monarquia. Findada a escravidão, a ordem política se desfez.

O conceito de *classe social*, nos termos propostos por Thompson, é essencial na argumentação de Mattos, viabiliza seu uso heurístico, isto é, seu uso em realidades sociais pré-industriais, pois o historiador

inglês prioriza, em sua definição, as experiências e as lutas de classe como fatores que levam a um determinado grupo se identificarem em seus interesses. Ao analisar a formação da classe operária inglesa, Thompson é assertivo ao dizer que a classe não é uma estrutura, nem uma categoria, mas “algo que efetivamente ocorre nas relações humanas”, em razão disso, a classe é “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como na conciliação” (Thompson, 1987, p.9). Dessa maneira, seria uma categoria do pensamento capaz de ordenar evidências diversificadas e dispersas, possibilitando enxergar uma realidade a princípio não percebida. Thompson entende que o conceito de classe é aplicável somente quando é perceptível em longo processo de tempo (Thompson, 1987, p. 12), nesse sentido, a classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada, ela não resultou espontaneamente do sistema fabril. Do mesmo modo, a classe dirigente inglesa só adquiriu coesão diante da classe operária insurgente, assim “a classe é definida pelos homens enquanto vivem a sua própria história”, por isso mesmo é fruto da experiência. A experiência de classe é determinada, em grande parte, pelas relações de produções nas quais os homens estão inseridos, seja por nascerem ou por entrarem. A experiência, portanto, é realizada pelos homens enquanto produzem.

Em um artigo – que segundo o próprio Edward Palmer Thompson é mais uma argumentação do que um artigo, ele considera a sociedade inglesa do século XVIII para pensar o paternalismo, as questões de classe e a cultura plebeia – o historiador inglês que deu base teórica para o trabalho desenvolvido por Mattos oferece consideráveis ferramentas reflexivas a respeito do conceito e das questões em torno da classe social. O argumento sobre o qual ele se debruça é de que, em uma sociedade qualquer, não é possível entender as partes sem que entendamos sua função e seu papel em sua relação com o todo. Uma classe social só pode ser entendida através de como ela se relaciona com os outros grupos sociais componentes da sociedade (Thompson, 1984, p. 13-14). Já que para Thompson, classe é uma categoria histórica na medida em que resulta do processo social ao longo do tempo, esse conceito pode ser usado em dois sentidos, o primeiro se refere a um conteúdo histórico real correspondente, empiricamente observável, o segundo como categoria heurística ou analítica para organizar a evidência histórica, com uma correspondência muito menos direta. No primeiro caso, o conceito moderno de classe se desenvolve a partir do advento da industrialização e expansão capitalista própria do século XIX, fazendo aflorar o conceito de classe não como recurso analítico e organizador de uma evidência, ele está na própria evidência, o conceito se realiza, se concretiza no momento em que a classe operária existe como sujeito histórico resultante de um duplo processo, ela forma a si própria e é formada, processo que se configura no sistema fabril, mas que não é resultado espontâneo dele. A classe surge, então, como evidência histórica que origina e confere a modernidade do seu conceito e, decerto, deu-lhe peculiaridade histórica (Thompson, 1984, p. 36).

Nas sociedades anteriores à Revolução Industrial, o anacronismo desta especificidade histórica deve ser guardado. Porém, o uso heurístico da categoria de classe, apesar da dificuldade que traz, pode ser válido,



não pela perfeição do conceito, e sim pelo fato de não dispormos de outra categoria alternativa para analisar um processo histórico universal e manifesto. O uso heurístico da categoria de classe deve ser feito respeitando a especificidade histórica a que se refere (Thompson, 1984, p. 37). No entanto, é no processo de luta contra a exploração que se identificam pontos de interesses antagônicos e, nesse caminho, descobrem-se como classe. A classe e a consciência de classe são resultantes do processo histórico que é a luta de classes. As classes não existem de maneira independente das relações e lutas históricas, a sua existência se dá na luta, é nesse percurso que a classe se forma – não é porque existem que lutam, todavia, é porque lutam que passaram a existir e a tomar consciência de si. Isso porque “as classes acontecem ao viver os homens e mulheres suas relações de produção e ao experimentar suas situações determinantes” (Thompson, 1984, p. 38). As classes, em seu sentido heurístico, não são mais que casos especiais de formações históricas que surgem da luta de classes, e assim “a classe define a si mesma no seu efeito de acontecer” (Thompson, 1984, p. 39). Thompson afirma sentir-se mais à vontade usando a terminologia de conflito de classes, contudo, resiste em atribuir identidade a uma classe. Uma classe não pode ser entendida isoladamente, mas sim a partir de sua relação com outros setores, grupos ou classes que integram a sociedade. No momento em que transformações de ordem socioeconômicas adentram as relações entre a *gentry* e a plebe, a relação outrora marcada por reciprocidade assume outras feições, agora entremeadas por interesses antagônicos, dos quais insurge uma luta de classes. E somente com base nesse conjunto de experiências e lutas que o conceito de classe se aplica enquanto evidência, carregando em si a modernidade e a particularidade histórica que lhes são inerentes.

O livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* foi publicado na língua inglesa, em 1963, e traduzido, no Brasil, em 1980, tinha, como cerne, a reflexão sobre a associação entre os processos de ação coletiva e os elementos da cultura popular e literária, como formas de resistências aos impactos nocivos da Revolução Industrial sobre as camadas mais baixas da Inglaterra na emergência desse processo de industrialização. O debate desenvolvido no livro, por Thompson, ocorre com base na noção de classe operária, e partir de suas análises, assimila o conceito de classe social como algo fluído, capaz de ser compreendido somente por meio dos seus contextos históricos e sociais. Prontamente posicionava-se dissonante das análises de teor puramente economicistas que negligenciavam as ações humanas na sociedade (Mello, 2013, p 306). A sua busca foi pela superação do determinismo econômico reducionista. Thompson desloca da estrutura para a superestrutura, da economia para a cultura, seus estudos sobre as classes sociais. Nesse movimento, os conflitos e as experiências sobressaem-se às definições restritas de configuração de uma determinada classe social. Sua análise não estruturalista das relações sociais permitiu a Mattos identificar as lutas e as experiências que ofereceram condições para a identificação da classe senhorial, experiências marcadas pelo seu caráter colonial, e lutas diante da crise do sistema escravista. No entanto, para que essa classe senhorial se notasse como tal, um segmento seu, limitado à região de



agricultura mercantil-escravista, no entorno do Vale do Paraíba, concentrado na província do Rio de Janeiro, atento ao risco que seus atributos de distinção (liberdade e propriedade) corriam, empenhou-se em forjar a classe senhorial para além dessa região, para além da província fluminense. Esse segmento que forjou a classe senhorial como tal foram os Saquaremas, forjaram ao fazer seus integrantes identificarem-se em seus interesses, experiências e lutas, com o intuito de preservar, antes de tudo, os monopólios que fundaram a classe senhorial. Não bastava, porém, ser classe senhorial, era preciso fazer dela classe dirigente, doravante a atuação da Coroa como partido foi elementar, pois passa a exercer uma direção intelectual sobre a classe senhorial.

Para pensar no uso do conceito de partido de Gramsci por Mattos, mais especificamente da Coroa como partido, vamos proceder por dois caminhos, a definição do que é Coroa para Mattos, como ele articula a Coroa como partido, e depois seguiremos à construção de Antonio Gramsci para a definição de partido, refletindo sobre as possibilidades interpretativas que tal definição abre para pensar o jogo político na ocasião da formação do Estado imperial e da conformação da classe senhorial.

Mattos define a Coroa como “as forças políticas e sociais predominantes no Estado imperial, no conjunto dos interesses dominantes sob o Império” (Mattos, 2011, p. 98), esta é a definição mais precisa que encontramos a respeito da Coroa, mesmo o termo em si é facilmente confundível com a figura do Imperador por quase meio século. O processo de afirmação da Coroa e sua constituição como partido principiou no momento da Maioridade, ocasião em que a moeda colonial começou a completar sua primeira recunhagem e, nesse momento, o lado da “cara”, cedeu lugar às nações civilizadas, com proeminência para a Inglaterra e França, na outra face da moeda, a Coroa se afirmou e se impôs à região – novos sujeitos para os mesmos papéis, as relações coloniais foram restabelecidas sob um novo colonizador, um novo colono e um mesmo colonizado (Mattos, 2011, p. 92). O princípio monárquico não foi deslocado pelo impulso revolucionários das Regências, visto que, desde a Maioridade, o Imperador voltou a reunir, na face complementar da moeda colonial, a ideia de um Império marcado por uma unidade e uma continuidade (Mattos, 2011, p. 95). Desse modo, a defesa de uma indivisibilidade tornava as províncias simples territórios, principalmente por reservar ao centro, no caso a Coroa, “o papel de gestor dos interesses dominantes que se distribuem de maneira irregular pela imensidão do território” (Mattos, 2011, p. 98), e quando assim operava, acabava por aprofundar as diferenças entre as regiões produtoras, ao privilegiar os interesses ligados à expansão cafeeira. Diante desse quadro, a Coroa procurou proceder a uma ordenação por meio das políticas de terras e de mão de obra, enquanto empenhava-se em “ordenar as grandes famílias, mesmo que em certos momentos isto signifique pôr-se contra alguns dos privilégios e monopólios que as distinguíam” (Mattos, 2011, p. 101). Deste modo “a íntima relação entre a construção e constituição da classe senhorial faz que a Coroa assuma, desse modo, o papel de um *partido*, nos termos do que Antonio Gramsci o propõe. E este papel define a sua modernidade” (Mattos, 2011, p. 104). Exercendo o papel de

partido, a Coroa deveria mostrar sua capacidade de criar e de impedir acontecimentos, cabia-lhe “lidar com as fissuras e divergências no interior da classe” (Mattos, 2011, p. 105). Atuando como um Partido, a Coroa promoveu “associações e difunde uma civilização”, se apresentou pela figura do Imperador, mas não se limitou a ele, incluiu aqueles que dominaram e dirigiram o Império, e estavam “dispostos em círculos concêntricos traçados a partir do Paço” (Mattos, 2011, p. 192). Na promoção de associações e difusão de uma civilização, a Coroa acabou fazendo com que Liberais e Saquaremas se percebessem como classe dirigente, mostrando a importância de se estar no governo do Estado.

A definição que Antônio Gramsci faz de partido político alicerça-se a partir de sua definição do papel do intelectual, mais especificamente do intelectual orgânico, e é basicamente tal definição que permite a expansão da concepção de partido – expansão esta que abre precedente para o uso que Mattos faz em *O Tempo Saquarema*. Ao definir o papel do intelectual orgânico, Gramsci o contrapõe ao intelectual tradicional. Este último é taxado de vulgarizado, e encontra no literato, no filósofo e no artista seu protótipo – e mormente não se empenha em contribuir para a mudança da sociedade ou, ainda, para a manutenção da hegemonia vigente. Todos são intelectuais, porém, há uma hierarquia: o intelectual orgânico está profundamente ligado ao trabalho de edificação de uma nova visão de mundo, enquanto o intelectual tradicional permanece desligado de sua classe e mune-se com uma autonomia em relação à sociedade civil (Gramsci, 1968, p. 11). A este intelectual que se encastela, se distancia da realidade social, Gramsci propõe o intelectual que pensa e age. De modo que não mais a eloquência marque o intelectual, e sim o seu imiscuir-se ativamente na vida prática, construindo, organizando, persuadindo.

Um dos papéis do intelectual é estabelecer a ligação entre os elos da superestrutura mediante a interpretação do senso comum com vistas a transformar a ideologia que perpassa a sociedade civil em ideologia hegemônica, construindo uma unidade na sociedade em torno de um objetivo político, já que para Gramsci o intelectual deve se voltar para as questões políticas (Gramsci, 1968, p. 12). O desempenho do intelectual orgânico deve se voltar para o papel de organizador, ao que deve seguir o de dirigente e o de educador. Tais funções se realizam juntas e dão ao intelectual um papel político qualificado, haja vista a necessidade de preparar a sociedade, através da criação de uma nova visão de mundo, para a efetivação das mudanças necessárias no Estado e na política. O intelectual, nessa nova ótica proposta por Gramsci, atua como interlocutor do grupo dominante ao se responsabilizar pela criação do consenso propício à união da sociedade, ao mesmo tempo assume também a responsabilidade de construir o aparato de coerção estatal e os meios para justificar tal coerção. Em síntese, e tomando a perspectiva de Carlos Nelson Coutinho sobre Gramsci, é possível inferir que o intelectual é resultado de relações entre classes, e de relações sociais de produção (Coutinho, 1981, p. 45), podendo ser ligado à sua classe de origem ou aderir a uma outra classe, autônomo em sua ação, mas vinculado às suas funções e às contradições concretas da sociedade.



Segundo José Bendicho Beired, de Gramsci pode se concluir que a atividade intelectual precisa ser pensada em meios às classes sociais onde ela se desenvolve, por isso o intelectual é um agente socialmente determinado e atua nos processos de reprodução e nos meios de transformação da realidade social (Beired, 1998, p. 124). Prosseguindo, Beired afirma que a análise de Gramsci se volta para o papel conservador ou transformador do intelectual, sendo este o elemento capaz de organizar a cultura e os homens, de articular as estruturas de poder com o restante do corpo social, sendo capaz de produzir ideologias propulsoras de uma consciência e homogeneidade às classes por ele representadas (Beired, 1998, p. 128).

A Coroa são as forças políticas e sociais predominantes no Estado imperial, são os que dominam e dirigem o Império. Ela atuou como partido, dado que sua atuação foi como gestora dos interesses dominantes distribuídos pelo território do Império, com privilégio à expansão cafeeira. A Coroa ordenou a política de terras e de mão de obra diante das pressões inglesas. Enquanto partido, ela expandiu e fortaleceu a classe senhorial, lidando com fissuras internas na classe. Atuando como partido, a Coroa promoveu a associação e difusão de uma Civilização, exerceu uma direção intelectual, fazendo com que liberais e conservadores se percebessem como classe dirigente. É dentro do Estado que a classe dirigente adquire unidade. Nos termos de sua atuação, a Coroa, na argumentação de Mattos, exerce o papel de um partido conforme a definição dada por Gramsci, pois o partido transforma seus componentes em intelectuais, em dirigentes, realizadores da sociedade civil e política. O partido qualifica seus membros para a atuação política, e são os intelectuais que organizam os partidos, ocorrendo, desse modo, a articulação política para o desenvolvimento de uma sociedade condizente com as necessidades históricas da classe social a que o partido pertence. Mas, sobretudo, a Coroa atua como partido, porque, em harmonia com Gramsci, quando uma organização atua para organizar, educar e dirigir, com a intenção de formar dirigentes, está funcionando na realidade como partido político, ainda que não se reconheça dessa forma.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de classe social e de partido oferecem, na narrativa de Mattos, são os recursos teóricos trabalhados com destreza por Thompson e Gramsci para a compreensão das realidades sociais e políticas no mundo capitalista industrial, e, por esse motivo, anacrônicos se considerarmos a realidade de país agrário do Brasil do século XIX. São ferramentas manuseadas por Mattos em seu sentido heurístico, como recursos investigativos – se não há classe burguesa, ou classe operária e, por isso mesmo, não há partidos políticos, a investigação de Mattos traz evidências da existência de um grupo de proprietários de terras e de escravos que se empenharam pela sua coesão à medida que trabalhavam pela formação do Estado, exerceram uma direção moral, e uma direção intelectual – e nesse manusear a classe senhorial adquiriu forma e sentido, a Coroa configurou-se como partido. Tais conceitos de Gramsci e Thompson partem da pressuposição de uma realidade sociopolítica em que há luta de classes, em que há interesses do capital estrangeiro o que



insere o Brasil na realidade do capitalismo internacional, conforme assinalado por Prado Jr e Fernandes. Por essa razão, dentro dessa lógica, seria inconcebível o governo imperial atuar como antiescravista, sendo a Coroa partido que representava os interesses da classe senhorial, a política da Abolição, dentro da argumentação e construção feita por Mattos, não poderia ser empreendimento dos que dominaram e dirigiram o Império.

Desta forma, os pressupostos contextuais conferem possibilidades para os usos e restrições de conceitos como “classe social” e “partido político” aplicados ao cenário brasileiro do século XIX. O contexto brasileiro delineado a partir de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes evidenciam que permanecem os traços coloniais marcados pelos monopólios, mesmo com a adesão ao ideário liberal, o caráter monopolista que deu sentido à colonização, deu também sentido ao Império do tempo saquarema. A política e a sociedade imperiais carregam e buscam perpetuar suas características coloniais como a dependência econômica em relação ao mercado externo e a escravidão, ao mesmo tempo que se valem dos princípios do liberalismo. Um desconcerto que leva ao constante e incompleto empreendimento saquarema em prol da ordem e da Civilização. Nem tão lá, nem tão cá – nem tão colônia, nem tão independente, o Estado imperial brasileiro é a própria teia de Penélope em sua incompletude constante. O Brasil é a promessa que não se cumpre nessa mistura dissonante (e dissolvente) entre o ‘velho’ e o ‘novo’, tanto para os Saquaremas, quanto para Ilmar de Mattos. O ‘ainda não’ parece o aspecto que liga o passado ao presente mesmo com uso de categorias de aceleração como “Civilização”, “Estado”, classe social”, “partido político”, numa tentativa conceitual de fazer ver aquilo que não se consegue ver. Mas o tempo, que não se intimida, permanece lento em suas transformações, a permanência dá sentido a ausência, e vice-versa.



REFERÊNCIAS

- BEIRED, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto (Org). *Gramsci, a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Proto Alegre; L&PM, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 2ª edição. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1976.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 2011.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de; ALBUQUERQUE, Luis Affonso Seigneur. *Independência ou morte. A emancipação política do Brasil*. 14ª edição. São Paulo: Atual, 2014.
- MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. Edward Palmer Thompson (1924-1993). In: PRADA, Maurício (org.). *Os Historiadores Clássicos da História. Volume 2. De Tocqueville a Thompson*. Petrópolis; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- _____. La sociedade inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? IN: *Tradición, revuelta y consciencia de classe*. 2ª ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.